



CONGRESSO NACIONAL
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 302

00011

Data
04/07/2006

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 302, DE 29 DE JUNHO DE 2006.

Autor
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

nº do prontuário
337

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutivo global

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, ao artigo 17 da Medida Provisória 302, nova redação aos artigos 1º, 2º, 4º inciso II do §1º, 10, 11 e 19-A da Lei 10.910, de 15 de julho de 2004, da seguinte forma:

“Art. 17. Os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 10 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2006:”

“Art. 1º As carreiras de Auditoria da Receita Federal, Auditoria-Fiscal da Previdência Social e Auditoria-Fiscal do Trabalho compõem-se de cargos efetivos agrupados nas classes A e Especial, compreendendo, a 1ª (primeira), 5 (cinco) padrões, e a última, 4 (quatro) padrões, na forma do Anexo I desta Lei”.

“Art.2º As tabelas de vencimento básico dos cargos das carreiras a que se refere o artigo 1º desta Lei são as constantes desta Lei.”

ESTRUTURA DOS CARGOS DE AUDITOR-FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO I

CLASSE
PADRÃO

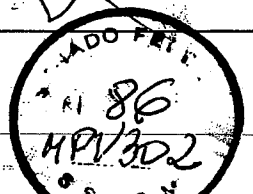
IV

III

ESPECIAL

II

I



V

A
IV

III

II

I

ESTRUTURA DO CARGO DE TÉCNICO DA RECEITA FEDERAL
CLASSE
PADRÃO

IV

ESPECIAL
III

II

I

IV

B
III

II

I

V

IV

A
III

II

I



ANEXO II

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO

a. Cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal, Auditor-Fiscal da Previdência Social e Auditor-Fiscal do Trabalho

**CATEGORIA
PADRÃO
VENCIMENTO BÁSICO**

**IV
4.934,22**

**ESPECIAL
III
4.790,50**

**II
4.650,97**

**I
4.515,52**

**V
3.478,10**

**IV
3.376,79**

**A
III
3.278,45**

**II
3.182,95**

**I
3.090,25**

b. Cargo de Técnico da Receita Federal
CATEGORIA



PADRÃO
VENCIMENTO BÁSICO

IV
2.561,11

ESPECIAL
III
2.486,51

II
2.414,09

I
2.343,78

IV
2.150,25

B
III
2.087,61

II
2.026,83

I
1.967,78

V
1.805,31

IV
1.752,74

A
III
1.701,68

II
1.652,11



I
1.603,99

JUSTIFICATIVA

Há hoje, na estrutura remuneratória dos auditores-fiscais uma distorção que se convencionou chamar de "fosso salarial". Esse se define como o abismo remuneratório existente entre os servidores que ingressaram na carreira até de 1998 (todos no padrão classe S IV) e os que ingressaram na carreira a partir de 1999 (todos na classe A). Tal fato faz com que, por exemplo, os que ingressaram na carreira em 1999 demorem mais de dez anos para receber o mesmo que os que ingressaram na carreira em 1998 (às vezes até pelo mesmo concurso). Devido à ausência de auditores na classe "B", a extinção desta corrige a distorção sem impacto orçamentário.

PARLAMENTAR

ARNALDO FARIA DE SÁ
DEPUTADO FEDERAL - SÃO PAULO

